

FRENTE COMUM REUNIU COM O MINISTRO DAS FINANÇAS

INÍCIO DAS NEGOCIAÇÕES DA PRC 2016

A Frente Comum dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais reuniu, no passado dia 13 de Janeiro, com o Ministro das Finanças e a Secretaria de Estado da Administração e do Emprego Público, para dar início à negociação anual geral das questões salariais e de regime jurídico dos trabalhadores da Administração Pública.

Segundo o que foi transmitido pelo Ministro das Finanças, este processo negocial terá duas fases: uma, sobre as questões de incidência orçamental, com reuniões a 28 de Janeiro, 11 de Fevereiro e 25 de Fevereiro; e outra, sobre as matérias de regime.

Foi proposta, pela SEAEPE, a celebração de um acordo princípios sobre este processo negocial, com os termos e calendário da sua concretização.

A Secretaria de Estado da Administração e do Emprego Público assumiu o compromisso de que logo que exista um esboço do Orçamento do Estado para 2016, o mesmo será feito chegar à Frente Comum, para apreciação e negociação, na primeira fase prevista.

OS COMPROMISSOS DO GOVERNO

O Ministro das Finanças referiu como prioridades, para 2016, a eliminação da sobretaxa de IRS, entretanto já aprovada, com eliminação total em 2017; a reversão dos cortes salariais até Outubro de 2016; o aumento já verificado do salário mínimo nacional, para 530 euros; o regresso às 35 horas semanais de trabalho, sem aumento nos custos globais com pessoal.

Outras prioridades, para os próximos quatro anos, têm a ver com a reposição dos feriados (já aprovada pela Assembleia da República); a criação de centros de competências e qualificação; a criação de modelos mais flexíveis de prestação de trabalho(?!); e a revisão do regime de requalificação da Administração Pública.

Fez ainda menção ao descongelamento das carreiras e à reposição de incentivos e prémios, com início em 2018.

AS PRIORIDADES PARA A FRENTE COMUM

A delegação da Frente Comum sublinhou, por seu lado, que os últimos anos têm sido de grande prejuízo para os trabalhadores em geral e, em particular, para os da Administração Pública. Os serviços do Estado foram particularmente afectados pelas sistemáticas medidas de contenção orçamental e de falsa “racionalização”, com gravíssimos danos para as populações. Mas, também, foi referido que a realidade dos trabalhadores da Administração Pública se vem degradando à largos anos, com medidas como a Lei nº12-A/2008, o congelamento de carreiras de 2005 e os sucessivos cortes salariais.

Para a Frente Comum, apesar de o quadro macroeconómico, não podem ser os trabalhadores a continuar a pagar as políticas governativas, incluindo as de apoio de milhões de euros à banca.

Foi salientado pela Frente Comum que a PRC tem já em conta o quadro de correlação de forças resultante das eleições legislativas e que há matérias que necessitam de resolução urgente: as 35 horas para todos, no imediato; o aumento dos salários; o descongelamento das posições remuneratórias; e a revogação da requalificação.

Por outro lado, foi ainda frisado que há matérias no quadro da PRC, que necessitam de discussão urgente, como é o caso da redução das contribuições para a ADSE.

A próxima reunião realiza-se no próximo dia 28 de Janeiro.

O Gabinete de Informação
da FNSTFPS

15/01/2016